

N.º 1632-IX  
P.º: 30.06.01.24  
Data: 14.04.2011

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Portugal, infelizmente, desde há alguns anos atravessa uma crise de valores. Daí resultou uma crise financeira, económica e social porque o Estado e os privados, por negativa influencia do governo, gastaram desmesuradamente os recursos financeiros, muitos dos quais de origem externa, para lá da nossa capacidade de pagamento.

Nos últimos seis anos a dívida pública duplicou, ultrapassando hoje 152 mil milhões de Euros. Se é certo que também nestes últimos anos a economia mundial atravessou um ciclo negativo, com inevitáveis consequências para a economia nacional, é igualmente verdade que Portugal não reformou a máquina do Estado nem as empresas públicas e continuou gastando “à grande e à francesa”.

Em 2008 o FMI já afirmava que Portugal estava em recessão.

A Comissão Europeia, no mesmo ano, previa para 2009 uma contracção da economia de 1,6%, o dobro da previsão do Governo.

Bruxelas estimava um défice orçamental de 4,6%, também superior às estimativas do Governo, que apontavam para 3,9% e acrescentava que o PIB Português seria negativo em 2009 e 2010.

A crise internacional era conhecida e todas as previsões sobre a economia portuguesa, de todos os organismos internacionais, apontavam para um futuro negro.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Em 2009 o Governo irresponsavelmente ignorou todos estes sinais pois o objectivo não era defender Portugal, mas ganhar eleições a todo o custo e sem olhar a meios para atingir os fins.

Estávamos no país do “Magalhães”, no país do TGV, no país do “Cheque bebé”, no país dos aumentos salariais de 2,9% para a Função Pública.

Afirmava-se que Portugal seria o último a entrar na crise e o primeiro a sair dela, porque tínhamos as contas públicas controladas, o défice orçamental controlado e até iria diminuir.

Foi o tempo das previsões falaciosas, desmascaradas posteriormente pelos resultados alcançados:

Para 2009 o défice previsto era 2,3% mas acabou nos 10%.

Quanta irresponsabilidade, quando se sabia toda a verdade!

O que se pode concluir é que o Governo de José Sócrates ignorou propositadamente a crise internacional, europeia e nacional, que agora não podem servir de desculpa para o descalabro das contas públicas.

Resultados: uma gravidez de risco que culminou em 3 neófitos - um PECzito (PEC I); um PEC (PEC II); um PECado (PEC III) e uma separação.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

O PSD foi o avalista de Sócrates. Sabia que estava perante um esbanjador compulsivo e aprovou tudo isto. Ambos os partidos fizeram uma gestão calculista e eleitoralista. O PS sem novidade e com Sócrates no seu melhor estilo propagandístico.

O PSD sabendo dos números, conhecendo a realidade provada pelo falhanço do PEC I, comprovada pelo falhanço do PEC II, ainda assim negociou, alterou e aprovou o PEC III, numa gestão igualmente calculista e eleitoralista e de promoção da imagem do seu novo líder, sempre fazendo do cinismo, seriedade.

Em Março de 2011 Sócrates percebe que não chega ao próximo Orçamento de Estado, manda fazer umas sondagens e com estonteante rapidez, dá um passo a coelho e negociando directamente com Merkel avança com o PEC IV.

Quando se esperava que da cartola, por um passe de mágica, saísse um coelho ostentando um falacioso sentido de estado, o PSD amua porque não foi tido nem achado, saindo a correr para Bruxelas a pedir a bênção à Chanceler.

Na sequência o PSD rejeita o PEC IV sem apresentar uma única medida alternativa.

Começa a odisséia de Coelho em ir ao pote, porque as sondagens também já lhe eram favoráveis.

Pelos vistos usando o mesmo *modus operandi* de Sócrates, ou seja, não olhando a meios para atingir os fins.

Paradigma disso é a cedência a Fernando Nobre num descarado arranjinho eleitoral, sucumbindo à ambição de um candidato que não tendo conseguido ser a primeira impõe ser a segunda figura do estado.

O PSD tem todo o direito para convidar Fernando Nobre como cabeça de lista por Lisboa, mas não legitimidade para vulgarizar a segunda figura do estado.

Quantos mais arranjinhos não terá o PSD feito para alcançar o poder?

Senhor Presidentes  
Senhoras e Senhores Deputados

A sede de ir ao pote é tanta que o PSD Açores admite uma coligação com o PS, numa reedição do bloco central, claro está, desde que o Zé não esteja.



O PSD, pelo menos nisso é coerente: governa com o PS, mas não quer Sócrates lá fora nem César cá. São verdadeiros democratas que até têm o atrevimento de tentar mandar no partido dos outros.

É a sede de ir ao pote que leva o PSD Açores a ceder às exigências de velhas glórias que apresentam como credibilidade apenas a sua idade.

É a sede de ir ao pote que faz com que o PSD Açores entenda a Assembleia da República como um reformatório de antigos presidentes do governo e antigos presidentes de câmara.

O PSD não está só com sede de ir ao pote, está com fome de ir ao tacho.

Como é possível acreditar neste PSD, que para os novos desafios que Portugal enfrenta apenas apresenta "the same old boys".

Credibilidade exige novidade.

Credibilidade exige actividade.

Credibilizar não é vulgarizar.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados

Portugal tem que pagar o que deve, por a sua economia a funcionar, sanear as finanças públicas e evitar a exclusão dos mais desfavorecidos.

É difícil mas é possível!

Há outro caminho e há outra forma de fazer as coisas!

O Presidente do Grupo Parlamentar,

Artur Lima